

ENTRE A CIÊNCIA E A LITERATURA: ELEMENTOS DA NARRATIVA LITERÁRIA DE JOSÉ LINS DO REGO (SINOPSE PESQUISA MONOGRÁFICA)

BETWEEN SCIENCE AND LITERATURE: ELEMENTS OF LITERARY NARRATIVE OF JOSÉ LUIS REGO (RESEARCH SYNOPSIS MONOGRAPHIC)

OzaiasAntonio Batista¹⁰¹

1. INTRODUÇÃO

No início do século XXI, vivemos em uma conjuntura em que o padrão de produção do conhecimento científico vem sendo colocado em xeque, pois associado ao mesmo não se encontra mais um discurso voltado para a construção de análises dotadas de pressupostos objetivos, passíveis de apresentar um ponto de vista neutro em torno de certo fenômeno. Tal realidade nos permite adotar a narrativa literária enquanto alternativa para se estruturar um olhar novo em torno do mundo e da vida, não colocando ambas (ciência e literatura) em lados extremos de um mesmo plano, mas sim enquanto campos de produção do conhecimento passíveis de estabelecer certo diálogo no tocante à construção de interpretações em torno das distintas realidades. Pois, de acordo com Vierende:

Se a ciência... [e] todos os conhecimentos que o homem adquire progressivamente sobre o meio em que vive, bem como sobre si mesmo, modifica nossa “visão de mundo”, a literatura por seu lado e antes dela a tradição oral sempre traduzia as mudanças que ocorrem na concepção do homem sobre sua relação com o mundo, que é também relação com os outros e consigo mesmo. (VIERNE, 1994, p. 79 – grifos da autora)

Dessa forma, assim como o saber científico apresenta explicações para os fenômenos que circundam o desenvolvimento humano, a literatura também nos serve como material de pesquisa para abordarmos a relação do homem com o mundo, uma vez que, tanto a produção científica quanto a literária passam pelo

¹⁰¹ Graduado em Ciências Sociais (UFRN). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFRN). ozaias_antonio@hotmail.com

processo da experiência de seu idealizador, trazendo ambas em sua ossatura qualidades inerentes ao contexto social e histórico relacionado com sua constituição (LEPENIES,1996).

Podendo a narrativa literária ser encarada como uma espécie de construção etnográfica (SANTOS, 2011), pois semelhante ao etnógrafo, o romancista dará vida e voz a distintos personagens que estarão inseridos em uma realidade social – a qual lhe possibilitarão manifestar aspectos *sui generis* de sua constituição cultural. Nesse sentido, a produção literária pode ser vista enquanto

... uma construção sociocultural, um artefato com sentido histórico, projetado em espaços nacionais particulares, composta a partir de significantes linguísticos, que comportam relações de poder e dominação. Ressalta-se que isso é bem diverso de afirmar que a literatura é um simples reflexo do real. Pois o problemático em tal proposição não é a pretensão de que a literatura *fotografe* a realidade, mas de que essa seja um mero fenômeno estático prestes a ser refletido. (SANTOS, 2011, p. 09 – grifos do autor)

A narrativa literária carrega em sua composição sentidos produzidos sócio-historicamente, os quais são descritos pelo romancista em sua obra. Todavia, essa descrição segue a lógica detida pelo escritor ao contemplar as mais variadas realidades sociais, pois os aspectos apresentados pelo romancista estarão em consonância com sua concepção acerca do indivíduo e da sociedade. Porquanto, não se pode abordar a Literatura enquanto produção estática, a qual descreve *ipsis litteris* a realidade na qual o escritor se propõe a narrar. Principalmente porque, apenas evidenciar como as ocorrências históricas e sociais estão presentes nas narrativas literárias, seria minimizar a dialética capaz de ser explicitada entre a obra de arte e o contexto no qual ela está inserida (CANDIDO, 1980). Processo dialético este que pode abrir a possibilidade para distintas interlocuções entre a narração literária e a problematização sociológica, apresentando enquanto atores sociais deste processo às personagens do romance, assim como a figura do próprio romancista – que pode se colocar enquanto ator do enredo ou não.

Para pensar essa relação literatura-ciência, tomamos de empréstimo o romance do autor paraibano José Lins do Rego, **Menino de Engenho** (1989), o qual se caracteriza como uma obra relevante para a literatura brasileira por conter em

seu enredo diversos personagens que se mostram com características singulares, sejam elas detidas pelos “moleques” da bagaceira, as “negras” que ocupavam o espaço da cozinha ou o coronel Zé Paulino com sua autoridade patriarcal inquestionável.

Não nos limitamos a estudar o cenário retratado em **Menino de Engenho** de forma isolada, mas procurando estabelecer certa relação com o processo de construção literária desencadeada por Rego. Sobretudo, através da obra memorialística **Meus verdes anos**, na qual o autor vai retratar toda a sua infância – momento de sua vida em que terá as experiências que lhe possibilitarão gestar o personagem Carlinhos, protagonista do romance supracitado.

2. O ENGENHO DO MENINO

Mediante a fala de Carlinhos, Rego descreveu uma realidade rural perpassada pelas ações dos trabalhadores livres, os negros agregados que serviam na casa-grande, as mulheres brancas, as negras que cuidavam da cozinha e o coronel José Paulino: dono do engenho localizado na fazenda Santa Rosa, local onde se passa a trama desenvolvida em **Menino de Engenho**. Esta realidade expressou um contexto rural muito comum no Brasil pós-abolicionista, porque mesmo após a abolição da escravatura, os negros continuaram no engenho servindo aos mandos do “patrão”, muito embora, em determinadas situações, fossem construídos laços afetivos entre os negros que cediam sua mão de obra e os brancos que residiam na casa-grande:

Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava em si mesmo... Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra “família”, derivada da *famulus*, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*. (HOLANDA, 1995, p. 80 – 81 – grifos do autor)

O coronel José Paulino, avó materno de Carlinhos, expressa bem essa arbitrariedade inerente ao senhor de engenho com relação à gestão de sua propriedade, que futuramente será passada a administração da mesma para o seu neto. Com isso, o engenho se constituía enquanto uma instituição social, a qual estaria estruturando as ações dos indivíduos, sejam as mesmas de ordem familiar, sexual, matrimonial, religiosa. Fazendo com que a constituição social estivesse pautada pelo caráter arbitrário dos indivíduos brancos, principalmente os que residiam na casa-grande.

Com esta realidade, se pode perceber que no decorrer da História do Brasil a grande propriedade esteve presente em parte do desenvolvimento socioeconômico da nação, de modo que a adoção da mão de obra utilizada para o desenvolvimento da mesma derivou-se dos resquícios da escravidão imposta pelos europeus aos negros africanos trazidos para as terras brasileiras. Consequentemente, com o advento da abolição, os escravos assumiram o papel de homens livres, que não tendo um lugar para garantir sua sobrevivência, estariam largados a própria sorte ou seriam utilizados enquanto ferramentas de trabalho no engenho do senhor branco (FRANCO, 1974).

A concentração dos modos de produção por parte do senhor de engenho (e, por consequência da renda), aliada a uma realidade mercadológica que estava se adensando gradativamente, formavam uma realidade composta por homens e mulheres livres que não legalizavam (do ponto de vista trabalhista) sua mão de obra, vendendo-a a um baixo custo para o senhor, se constituindo, dessa forma, enquanto “ralé”, dependente do mandonismo de seu senhor.

Isto é, este detinha todos os lucros extraídos da plantação de cana e os agricultores se constituíam enquanto “rale”, que se intensificava com a ascensão do modo de produção capitalista, que gradativamente foi atingindo o homem do campo, reestruturando os aspectos de seu cotidiano. Mesmo detendo tamanha importância, pois essa “ralé” representava a força de trabalho que iria atuar enquanto força motriz na grande propriedade, a mesma ocupava um espaço pré-determinado nas relações sócias estabelecidas na propriedade do senhor, estando sempre sob as ordens deste.

Haviam algumas singularidades entre o trabalhador livre e o negro que circundavam o espaço da grande propriedade. O primeiro surge em decorrência do

regime escravocrata, sendo agregado à propriedade através da aceitação do senhor para servir como mão de obra barata, seu acolhimento era tido como um favor exercido pelo branco. E o homem livre também era visto como um instrumento na mão do senhor, mas sua relação com o mesmo era despojada de significado, podendo existir ou não a consolidação de laços de compadrio (FRANCO,1974).

A relação de convivência deste homem na propriedade era respaldada pelo pagamento do foro: “Prática frequente, principalmente no período colonial, em que o foreiro, geralmente um lavrador, pagava impostos em moeda, produtos ou serviços ao proprietário rural para adquirir o benefício de utilização de parte de sua propriedade rural.” (SANTOS, 2010, p. 59). Esta relação econômica assegurava a mão de obra na propriedade, uma vez que as relações trabalhistas não estavam legalmente estabelecidas, podendo fazer com que esse homem fizesse uso da sua liberdade, abandonando o trabalho. Embora isso quase nunca acontecia, pois os homens não tinham para onde ir com sua mulher e filhos. Conseqüentemente, o senhor via o foro como uma forma de amenizar a considerável onerosidade que o trabalhador representava para suas terras.

Atrelado a esta concentração de renda, havia uma produção social da pobreza, que condicionava as famílias dos trabalhadores a se queixarem com o senhor a respeito das mais variadas intempéries enfrentadas no cotidiano: problemas de saúde, péssima condição alimentar, brigas entre os sitiante. Sobretudo, porque a figura do Estado enquanto instituição mediadora dos conflitos, não estava totalmente institucionalizada naquela conjuntura. Sendo o senhor de engenho, enquanto figura maior presente naquela realidade, o detentor de tal possibilidade, arbitrando acerca das decisões a serem tomadas frente às inexistentes políticas sociais (HOLANDA, 1995).

A consolidação do poderio nas mãos do senhor branco se legitima mediante a concentração dos meios de produção, assim como em decorrência da interseção entre as esferas pública e privada, inexistindo uma segregação evidente no decorrer das relações sociais estabelecidas entre ambas. Ou seja, abrindo a possibilidade para que o senhor ordene no eito e em outros assuntos relacionados com sua vida doméstica de seus sitiante.

Com tais arbitrariedades, o Estado se torna um instrumento nas mãos dos grandes proprietários (FRANCO, 1974), os quais ditam as condições de trabalho de

seus trabalhadores e quanto será a remuneração dos mesmos para tanto. Tal domínio era exercido quase sempre pelo avô de Carlinhos. Seja em uma ronda pela sua propriedade ou visita às famílias dos agricultores, uma vez que o mesmo gostava de acompanhar de perto as dificuldades, como ele chamava, de “sua gente”. Estas dificuldades eram engendradas pela pobreza, a qual estavam submetidos todo aquele povo. E o coronel exercia o domínio sobre “sua gente”, transmutado em caridade para os olhos dos sitiados.

Essa falsa caridade fazia com que os moradores, em extrema carência de víveres, tivessem que buscar auxílio na dispensa da casa-grande, acumulando dívidas a serem pagas com o trabalho arrendado, em algumas circunstâncias, não somente com o suor do chefe da família, mas também com o esforço de todos os integrantes da mesma, como narra Carlinhos: “Mais adiante a família toda estava pegando na enxada: o homem, a mulher, os meninos”. (REGO, 1989, p. 37). Havendo assim uma manutenção do *status quo*, impossibilitando a emancipação social de tais agricultores, não importando o quanto trabalhassem.

As distinções socioeconômicas estavam por demais evidentes no espaço do engenho, todavia as relações sociais constituídas nas propriedades rurais também estavam fundamentadas no apadrinhamento (FRANCO, 1974), princípio baseado em um sentimentalismo gerador de laços afetivos entre indivíduos que não possuíam nenhuma consanguinidade. Mesmo não sendo considerados como membros da família de forma efetiva, tal afetividade nutrida pelos patrões fazia com que os escravos permanecessem na propriedade.

São negros, trabalhadores, mulheres, “negrinhos”, que, mediante certas interdições, frequentavam o espaço doméstico da família do senhor de engenho, carregando consigo o pronome de compadre ou afilhado. Entretanto, mesmo com essa relação de compadrio, fica nítida na narrativa de Carlinhos a desigualdade social entre os moradores da casa-grande e os trabalhadores do eito.

Essa relação de compadrio contribuía para que as dívidas adquiridas pelos trabalhadores livres e os escravos não fossem apenas de ordem moral ou ética, mas também econômica, uma vez que o senhor oferecia auxílio para as carências mais essenciais dos agricultores, objetivando explorar ainda mais a mão de obra oferecida pelos mesmos. Dessa forma, caso tal dívida não fosse paga, o senhor poderia exercer justiça com a sua própria força, realizando insultos e ameaças as

famílias, o menino diz: “O meu avô gritava: boto pra fora. Gente safada... Toco fogo na casa.” (REGO, 1989, p. 36). Casa esta que já era sustentada pelo foro.

Todavia, na sociedade brasileira marcada pela existência da grande propriedade, o trabalho esteve presente em todas as camadas sociais, pois para o bom andamento da produção todos os indivíduos deveriam exercer sua função na unidade produtiva. Mesmo que tal ordenamento estivesse caracterizado por diferentes modalidades de trabalho:

Refiro-me ao trabalho, como atividade que atravessou de ponta a ponta a sociedade e impôs-se como requisito mesmo para as camadas dominantes. Com efeito, a existência de senhores e escravos transcorreu indissolúvelmente vinculada ao funcionamento de uma unidade de produção, e isto significa trabalho diferenciado, mas trabalho para todos. (FRANCO, 1974, p. 198).

Podemos conjecturar que o trabalho se caracteriza enquanto elemento sociocultural capaz de diferenciar e, por consequência, segregar os indivíduos, mesmo que estivessem ocupando uma mesma realidade (embora em posições sociais desiguais), como no caso do engenho. Carlinhos narra que na cheia do rio Paraíba havia certa cooperação entre os agricultores e os moradores da casa-grande, porque ambos comiam o mesmo alimento, se protegiam da corrente do rio no mesmo espaço, porém estava subjacente o fato de serem trabalhadores do eito e a família do senhor com seus agregados.

3. PALAVRAS FINAIS

Através da interlocução entre os conhecimentos científico e literário se pode analisar a realidade apresentada por Rego, fazendo uso das falas das personagens, assim como das construções das ambiências presentes em **Menino de Engenho**. Principalmente porque estas estão dotadas de elementos sociais e culturais que retratam certo momento histórico vivenciado no Brasil. Contendo, dessa forma, um forte cunho sócio-histórico, e não apenas estético. Embora também conheçamos o engenho do menino vislumbrando como Carlinhos nadava no rio Paraíba, almoçava na mesa do coronel José Paulino e até andava a cavalo com seu tio Juca e os demais “negrinhos” – filhos da mistura entre o senhor e as escravas.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1980.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1974.

*HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.*

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 44. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

_____. **Meus verdes anos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

SANTOS, Gladson de Oliveira. **José Lins e a modernização açucareira**. Aracaju, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Tiradentes, 2010.

SANTOS, Robson dos. **A terra desolada: representações do rural no romance brasileiro (1945 – 1964)**. Campinas, 2011. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, 2011.

VIERNE, Simone. **Ligações Tempestuosas: a ciência e a literatura**. Ciência e Imaginário. Brasília: Universitária de Brasília, 1994.